

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Joseane Fiegenbaum

**Acessibilidade no contexto escolar:
tornando a inclusão possível**

Porto Alegre

2009

Joseane Fiegenbaum

**Acessibilidade no contexto escolar:
tornando a inclusão possível**

Trabalho de Conclusão do curso de
Especialização em Educação Especial e
Processos Inclusivos, do Programa de Pós-
Graduação em Educação da Faculdade de
Educação da Universidade Federal do Rio
Grande do Sul.

Orientadora: Professora Luciane Torezan Viegas

Porto Alegre

2009

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 EDUCAÇÃO ESPECIAL, INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE	6
2.1 HISTÓRICO DO TRATAMENTO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	6
2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	9
2.3 DA INCLUSÃO PARA A ACESSIBILIDADE	12
2.4 O CONCEITO DE ACESSIBILIDADE E DE BARREIRAS SEGUNDO A LEGISLAÇÃO	13
3 ACESSIBILIDADE E O ESPAÇO ESCOLAR	16
3.1 PANORAMA GERAL DO QUE É NECESSÁRIO PARA A ESCOLA.....	16
3.2 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E A UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ESCOLARES	17
3.3 ACESSO À INFORMAÇÃO E À COMUNICAÇÃO	20
4 PROGRAMAS E PROJETOS DO GOVERNO FEDERAL RELACIONADOS À ACESSIBILIDADE	23
4.1 PROGRAMA ESCOLA ACESSÍVEL	23
4.2 IMPLEMENTAÇÃO DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS.....	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	29

1 INTRODUÇÃO

Não é assunto recente o direito à educação para todos. É um direito inscrito em leis Nacionais (como na Constituição Federal), que impulsiona lutas em todos os âmbitos da sociedade por uma educação de qualidade. Encontramos, por exemplo, no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, de 05/10/1988 que “São direitos nacionais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”.

As legislações dos últimos anos apontam para uma melhora no sentido de possibilitar a todos os alunos que tenham direito à educação. A referência “a todos os alunos” significa a inclusão daqueles com síndromes, deficiências, condutas típicas, alunos de classes especiais, ou seja, os que apresentem alguma deficiência ou incapacidade, e por isso necessitam de algum atendimento especial ou complemento.

Remetendo mais especificamente à Educação Especial ou Inclusiva, é possível perceber que recentemente ocorreram muitas mudanças nas políticas públicas e legislações, que indicam um caminho para um atendimento de melhor qualidade aos alunos em situação de desvantagem. O conceito de aluno em situação de desvantagem é entendido aqui como condição social de prejuízo resultante de deficiência e/ou incapacidade. Segundo Ligia Amaral (1995) as desvantagens refletem então a adaptação do indivíduo e a interação dele com seu meio.

Apesar da existência de uma série de leis, em diferentes níveis de governo, ainda se esperam muitas melhorias. Percebe-se, muitas vezes, que pouco tem acontecido e que mudanças simples que permitem, por exemplo, a acessibilidade dos alunos com alguma desvantagem à escola ou aos demais ambientes que possibilitem seu crescimento, não são realizadas. As legislações referentes à acessibilidade, mesmo quando abordadas em diferentes conceitos, conseguem abranger a maioria das mudanças necessárias na escola para receber esses alunos.

Recentemente, ao participar de um projeto de pesquisa sobre as condições das escolas públicas, no qual foi oportunizado conhecer diferentes escolas, em diferentes situações sócio-culturais, me deparei com os mais diversos cenários, que levam a uma reflexão sobre essa questão de acessibilidade.

O presente trabalho será estruturado a partir de um referencial teórico, pois, conforme Demo (2000, p.180), sua credibilidade científica só será possível se houver um elo ligando a parte teórica à conceitual, seguido de uma investigação exploratória a partir do projeto de pesquisa acima referido, uma vez que “há pouco conhecimento acumulado e sistematizado”, sobre o assunto. A análise de algumas das condições encontradas no projeto mencionado, segundo Vergara (1997, p. 45), “expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno” e os dados serão analisados de forma permitir ampliar o conhecimento sobre o assunto.

Por exemplo, em diferentes escolas encontram-se alunos que fazem uso da cadeira de rodas para se locomover, e que por isso, apresentam muitas dificuldades, principalmente pela falta de estrutura apresentada pela escola. Muitas vezes, foram apenas construídos caminhos para que esses alunos pudessem chegar a alguma sala de aula, que se transforma em única opção. Uma medida, que na maioria das vezes é feita pela própria comunidade, com poucos recursos. Há também escolas cujos laboratórios de informática, de aprendizagem, de ciências, salas de vídeo, secretaria, direção e/ou biblioteca, ambientes que deveriam ser freqüentados por todos os alunos, se encontram inacessíveis, por serem em diferentes prédios ou em diferentes andares.

Ainda, numa oportunidade, ao conhecer uma escola em construção, me deparei com um prédio de dois andares e questionei: onde serão as rampas? A resposta que obtive foi de fato desanimadora: rampas ocupam muito espaço! Bem, a pessoa com a qual conversava me explicou que todas as salas principais (laboratórios, secretaria, biblioteca, etc.) seriam no andar de baixo, assim como algumas salas de aula.

Além disso, muitas foram as situações em que se averiguou haver alunos em situação de desvantagem, que necessitam ajuda especializada sem acesso a mesma. Pode-se contar somente com o trabalho do professor e algumas sugestões da coordenação pedagógica, quando está presente. Existem casos de alunos cegos ou surdos, que freqüentam a escola, mas não tem suporte nem material para participar de todas as atividades.

Refletindo sobre esses fatos todos, constata-se que muitas crianças e jovens não conseguem uma educação de qualidade porque encontram muitos empecilhos, que dificultam sua aprendizagem. A questão fundamental é tentar obter uma resposta para o fato de existirem tantos empecilhos na educação de alunos com algumas necessidades especiais (como deficiência física, surdez ou cegueira), se a questão na aprendizagem destes é apenas possibilitar que eles consigam compreender e acessar a informação. Esses alunos têm toda

possibilidade de ter uma aprendizagem adequada, porém existem muitas barreiras que impedem que isso aconteça.

No caso da dificuldade de locomoção, é preciso permitir que o aluno chegue a sala de aula, no caso de aluno surdo, é necessário utilizar a Linguagem Brasileira de Sinais ou outras tecnologias de informação disponíveis que permitem a comunicação, assim como no caso de aluno cego, para o qual existem várias tecnologias disponíveis além do sistema Braille. Todas as dificuldades que esses alunos apresentam podem ser vistos como desvantagens, mas existe todo um arsenal de ferramentas que podem contribuir para resolver ou minorar a dificuldades que a eles se apresentam.

É inquestionável que há esse direito assegurado na legislação, então, porque as coisas não estão acontecendo? Porque as escolas não conseguem se adaptar para receberem esses alunos? O que já está sendo feito e o que ainda precisa de investimentos para ser realizado?

São esses os caminhos deve percorrer nessa pesquisa. Pensar um pouco no espaço que a escola ocupa na inclusão de todos os alunos, principalmente daqueles que apresentam desvantagens possíveis de serem diminuídas com as ‘ferramentas’ de acessibilidade.

Os principais objetivos deste estudo são:

- identificar as concepções de acessibilidade na legislação;
- analisar a construção histórica do conceito de acessibilidade e de Educação Especial;
- reconhecer as mudanças necessárias no ambiente escolar para garantir a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais.

No primeiro capítulo do presente estudo, encontra-se um pouco do contexto e dos conceitos que estão sendo utilizados: Educação Especial, Educação Inclusiva, e Acessibilidade, todos numa perspectiva histórica, assim como a legislação específica.

O capítulo seguinte aborda as questões que relacionam a acessibilidade com a escola, destacando a acessibilidade arquitetônica e acessibilidade à informação e à comunicação.

O terceiro capítulo traz informações sobre projetos atuais do Governo Federal sobre acessibilidade, tanto arquitetônica, quanto de acesso à informação e a comunicação.

2 EDUCAÇÃO ESPECIAL, INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

2.1 HISTÓRICO DO TRATAMENTO AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Não é de hoje que as pessoas que apresentam alguma característica “diferente” ou se apresentam de alguma forma em situação de desvantagem, são excluídas da sociedade.

Porém, para falar do tratamento dado a estes, precisa-se primeiramente conhecer um pouco do período no qual surge a preocupação com a educação em si. Voltando a alguns momentos da história, vê-se que, em 1870 havia um índice de 78% de analfabetos no país (Januzzi, 2006). Isso acontecia, mesmo que naquele momento, determinava a Constituição de 1824 que deveria haver “instrução primária e gratuita a todos”. Como nada disso acontecia de fato, e havia um verdadeiro caos na educação primária, a educação dos jovens em situação de desvantagem não encontrava espaço e pouco aparecia.

Bueno (1997), para se referir àqueles que se encontram em situação de desvantagem, e para trazer um pouco da história destes, usa o termo anormalidade. Ele diz que geralmente, essas anormalidades foram vistas como doenças:

A doença tem sido encarada de diferentes maneiras. Em determinadas épocas e em determinadas sociedades ela foi vista como possessão; em outros momentos e espaços sociais foi encarada como desequilíbrio da totalidade do homem, em outros, ainda, como reação do organismo em busca da cura; ou ainda, mais modernamente, como um desvio quantitativo do funcionamento regular do ser humano. (BUENO, 1997, p.160).

Visto como doentes, os anormais eram encaminhados para hospitais ou asilos, e ali permaneciam. Primeiramente, eram apenas levados para aquele espaço. Mais tarde, passou-se a pensar na recuperação da normalidade dos doentes, com recursos e técnicas diversas.

Exemplos dessas instituições, para as quais foram encaminhados aqueles em situações de desvantagem, são as Santas Casas de Misericórdia (com registros desde o século XVI), que também atendiam aos pobres. Porém não existe nenhum registro de que forma foi prestado esse atendimento a essas pessoas.

Após, existe registro sobre aqueles que estão em situações desvantajosas, quando falamos das rodas de expostos, onde se acredita que muitas crianças eram deixadas,

justamente por apresentarem alguma anomalia. Essas crianças abandonadas eram encaminhadas para instituições administradas por religiosos e, segundo Januzzi (2006), além de receberem alimentação, existia a possibilidade de receberem alguma educação. Aqueles que apresentavam anomalias muito acentuadas acabavam permanecendo nestas.

Sem perceber a possibilidade de cura ou de encaminhamento de alguns, foram criados novos espaços para isolamento dessa parte da população: os hospícios e instituições para esse fim. Segundo Bueno (1997), a maior distinção entre os hospícios e as instituições, é que aos hospícios eram levados todos os tipos de desajustados, e as instituições, que surgiram mais de um século depois, recebiam apenas deficientes, e se via a perspectiva de recuperação ou pelo menos de minimização do mal que eles sofriam.

O atendimento de deficientes evidentes se fez, basicamente, por meio de instituições especiais, a maioria esmagadora de caráter filantrópico, em número extremamente reduzido para o atendimento da demanda, o que contribuía, como conseqüência, para a visão da manutenção do atendimento dos deficientes em instituições especiais como um privilégio a ser alcançado por alguns felizardos, já que a maior parte permanecia sem qualquer tipo de atenção. (BUENO, 1997, p.173).

As primeiras instituições no Brasil surgiram no século XIX, para deficientes visuais e auditivos. Mais precisamente, foi em 1854 que se fundou em São Paulo o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, e após, no Rio de Janeiro, em 1857 o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Essas instituições atendiam poucos alunos, mas abria espaço para a discussão do assunto, embora ainda tenha ficado por muito tempo no esquecimento daqueles que poderiam pensar em soluções para o problema, junto com o problema da educação primária, que também não avançava.

A educação popular, e muito menos a dos deficientes, não era motivo de preocupação. Na sociedade ainda pouco urbanizada, apoiada pelo setor rural, primitivamente aparelhado, provavelmente poucos eram considerados deficientes; havia lugar, havia alguma tarefa que muitos deles executassem. [...] Certamente só as crianças mais lesadas despertavam atenção e eram recolhidas em algumas instituições. (JANUZZI, 2006, p.16).

Esta situação é comentada também por Bueno (1997), ao relatar que os alunos anormais eram levados a instituições e lá aprendiam a repetir ações simples, que lhes possibilitasse trabalhar, fornecendo mão-de-obra barata. Quando considerados capazes, eram

encaminhados para o trabalho. Pode-se pensar aqui numa das primeiras tentativas de ensino daqueles que se encontravam em situação de desvantagem.

A partir dessa época é possível encontrar alguns registros sobre o atendimento de alunos em situação de desvantagem na escola regular. Diversos casos isolados, em diferentes estados, mas com poucos registros, em meio a poucos apontamentos que havia nessa precária educação regular. Segundo Januzzi (2006), o silêncio em relação aos deficientes foi muito grande, o que se explica pelo momento histórico no final do Império, que não valorizava a educação. Logo não foi possível encontrar casos e registros que servissem de apoio para pesquisa.

Com a proclamação da República, os Estados passaram a ter mais autonomia em relação à educação. Com o aumento do número de instituições, houve também um acréscimo daquelas que atendiam deficientes mentais.

Muitos foram os setores que se ocuparam de estudar os alunos em situação de desvantagem, como médicos, psicólogos e professores. Logo, aparecem características que delimitam as situações que se conhece e se vê ainda hoje, como a educação dos alunos em situação de desvantagem em classes ou escolas especiais.

Se, de um lado, no discurso e na prática, os profissionais vão refletindo as expectativas daquela sociedade de então, patenteando e justificando a separação do deficiente, vão também viabilizando, tornando possível a vida dos mais prejudicados, juntamente com a família e outros setores da sociedade, através de alguns conhecimentos mais sistematizados e procura de efetivação de alguma prática social mais eficiente. (JANUZZI, 2006, p. 25).

Iniciativas menos segregadoras surgiram apenas em 1930, com a criação de classes especiais em escolas regulares. Mais recentemente apenas, desde os anos 50, que ocorreu uma ampliação dos serviços de educação especial, vista a expansão da educação nas diferentes esferas do poder público. Com isso, aparece uma contradição: a necessidade dos alunos de estarem em sala de aula, e a exclusão do aluno-problema dentro dessa sala, e em contrapartida, os discursos de inclusão, que buscam atendimento especializado à esses alunos dentro das classes regulares.

Além disso, Bueno (1997) traz também que essa ampliação na educação destacando não apenas aquelas deficiências desde sempre excluídas, mas que passa “a englobar também sujeitos cujas dificuldades são decorrentes de processos sociais e de escolarização inadequados”. (BUENO, 1997, p. 174)

Chega-se enfim a situação que temos hoje: a inclusão. De incluir nas escolas regulares aqueles alunos que apresentem alguma situação de desvantagem. Sujeitos que por muito tempo foram excluídos, e alguns, por muito tempo, sequer identificados.

2.2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ao falar sobre a educação inclusiva, muitas são as idéias que nos aparecem. Como está se dando a inclusão? Como incluir as crianças com diferentes necessidades nas classes comuns? O que de fato está se dizendo quando se fala de Educação Inclusiva?

Muitas são as mudanças trazidas por essa perspectiva, algumas das quais já estão acontecendo em diferentes espaços escolares, porém para muitas questões ainda não existem respostas. Pode-se começar pensando sobre o que carrega a expressão Educação Inclusiva. Estamos falando sobre quais alunos? Alunos da Educação Especial?

Encontramos no texto da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva o seguinte:

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem com objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo: Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior; Atendimento educacional especializado; Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados de ensino; Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; Participação da família e da comunidade; Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação; e, Articulação intersetorial na implementação da políticas públicas. (BRASIL, Portaria nº 948/2007)

A partir do texto dessa política, é possível direcionar alguns questionamentos. Primeiro, por explicar sobre quais alunos estamos falando: alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. São muitas especificidades aqui incluídas e todos os alunos estão em situação de desvantagem, conceito que escolhemos para caminhar nesta pesquisa.

Outro item que merece destaque: acesso ao ensino regular. Todos os alunos devem, preferencialmente, freqüentar a escola regular. É o que diz a legislação, e o que tem

apresentado grandes dificuldades para de fato acontecer, apesar de a lei dizer que o sistema de ensino deve garantir uma série de direitos a esses alunos.

Restam, porém, alguns questionamentos: Existe lugar para essas pessoas na escola? Como será seu ensino, em meio a crianças ditas comuns? Não irá atrapalhar a aprendizagem destes? Eles não aprendem mais na escola especial? Não é melhor que continuem nas escolas especiais, já que lá possuem atendimento especializado? Os professores saberão trabalhar com essas crianças?

Esses questionamentos são muito comuns quando falamos de inclusão. Dúvidas de professores, de gestores, de pais e da sociedade em geral, mesmo que apenas acompanhando o processo, sem fazer parte dele. Dúvidas de professores que se vêem totalmente perdidos ao se defrontarem com esses alunos, de pais que não aceitam seus filhos estudando com essas crianças, a meu ver, apenas em situação de desvantagem. Enfim, foram muitos os empecilhos que apareceram quando finalmente foi criada uma lei que dá o direito a toda criança de freqüentar a escola regular. Dificuldades e questionamentos que surgiram por estar a sociedade como um todo, muitos despreparada para essa nova realidade. Montoan (2004) explica que:

A inclusão é uma possibilidade que se abre para o aperfeiçoamento da Educação Escolar e para o benefício de todos os alunos, com e sem deficiência. Depende, contudo, de uma disponibilidade interna para se enfrentar as inovações e essa condição não é comum aos sistemas educacionais e aos professores em geral. (MANTOAN, 2004, p. 80).

Aperfeiçoamento da educação, para o benefício de alunos com ou sem deficiência. Essa questão com certeza é muito complicada a ser compreendida. Pois, a partir do momento em que estamos diante do outro com tantas especificidades, é difícil compreender como pode se dar esse benefício também aos alunos ditos normais. Na perspectiva de inclusão, defende-se que sim, que é possível e benéfica a todos os alunos.

É com certeza uma mudança muito significativa no espaço escolar. Não estamos falando de apenas levar esse novo aluno até a escola e mantê-lo ali. Mas sim de possibilitar uma aprendizagem, um convívio social e de propiciar a esses alunos as mesmas oportunidades que os demais têm. Seguindo por esses caminhos, encontra-se também no texto da Política Nacional acima citada, o seguinte:

Na perspectiva da educação inclusiva, educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nesses casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos. (BRASIL, Portaria nº 948/2007)

Fala-se de uma nova proposta pedagógica na escola, para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos. Nessa perspectiva, o atendimento especializado continua, porém agora acontece dentro da escola regular. Muitas vezes questiona-se como pode se dar esse processo, e se a escola está preparada. Em muitos espaços isso já tem acontecido e muitos professores, com capacitação ou não, se empenham muito para que esse processo ocorra e traga resultados positivos.

O objeto de desejo dos diferentes estudiosos e ativistas em prol da educação inclusiva é o mesmo – uma escola ressignificada em suas funções políticas e sociais e em suas práticas pedagógicas para garantir a aprendizagem e a participação de qualquer aprendiz. (CARVALHO, 2004, p.16)

Uma nova escola, Mudar desde a sala de aula, a forma de ensinar até os conteúdos. Uma nova perspectiva de educação. Será isso possível? Há, no dia-a-dia, uma resistência para com os processos inclusivos, muitas escolas ainda se recusam a aceitar alunos com dificuldades, se dizem sem condições para prestar esse atendimento, e o contrário também ocorre, pois há escolas que obtêm resultados maravilhosos com os alunos que tem atendido. A legislação, para que ocorra a inclusão, já existe, entretanto, torna-se necessário incentivar o desenvolvimento de projetos e a capacitação de pessoas, que tenham interesse e empenho, para que isso se torne realidade.

O que se pretende na educação inclusiva é remover barreiras, sejam elas extrínsecas ou intrínsecas aos alunos, buscando-se todas as formas de acessibilidade e de apoio de modo a assegurar (o que a lei faz) e, principalmente garantir (o que deve constar dos projetos político – pedagógicos dos sistemas de ensino e das escolas e que deve ser executado), tomando-se as providências para efetivar ações para o acesso, ingresso e permanência bem sucedida na escola. (CARVALHO, 2004, p. 73)

Nesse texto de Carvalho (2004), está exposto o que de fato deveria acontecer: efetivas ações que garantam a acesso, ingresso e permanência na escola. Daí então se poderia falar de

acessibilidade, muito necessária, se pensando em remoção de barreiras, para que a inclusão aconteça.

2.3 DA INCLUSÃO PARA A ACESSIBILIDADE

Nos textos citados anteriormente, da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, encontra-se um aspecto muito importante que cabe aqui para relacionar a inclusão e a acessibilidade, sobre a qual seguem as reflexões. Na política consta que deve ser garantida a *acessibilidade* arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e na informação.

Antes de seguir, porém, é importante destacar mais detalhadamente a definição sobre quais alunos estão nesse contexto da perspectiva inclusiva, segundo a política mencionada anteriormente:

[...] considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes com espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes, além de apresentar elevada criatividade, envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas na área de seu interesse. (BRASIL, 2007).

Atente para “aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade”. Aqui se encontra um item de extrema importância: barreiras. São elas as principais responsáveis para que alunos sejam excluídos e não consigam se desenvolver de forma semelhante aos ditos normais, pois existem barreiras, empecilhos que impedem que a pessoa siga os processos de forma natural.

Esse aspecto é contemplado no texto de Carvalho (2000) que cita que as barreiras podem ser intrínsecos ou não aos alunos, e que as dificuldades não são apenas dos cegos, surdos, ou dos que se encontram em situação de desvantagem.

Com isso, é possível constatar que de fato muitos alunos “ditos normais” apresentam dificuldades que precisam de ferramentas específicas para ser suprimidas. Não é preciso apenas pensar naquele aluno deficiente, mas em todos aqueles que apresentam alguma desvantagem. Por isso, foi adotada desde o início a utilização, neste texto, desse conceito, que traz ainda que:

Barreiras à aprendizagem (temporárias ou permanentes) fazem parte do cotidiano escolar dos alunos, (deficientes ou ditos normais) e se manifestam em qualquer etapa do fluxo de escolarização. Barreiras existem para todos, mas alguns requerem ajuda e apoio para seu enfrentamento e superação, o que não nos autoriza a rotulá-los como alunos “com defeitos”. (CARVALHO, 2000, p.60).

Seguindo nesse pensamento de barreiras existentes no dia-a-dia para inclusão dos alunos em situações de desvantagem, se encontram as legislações sobre Acessibilidade, que dão suporte para que a inclusão se torne possível. A acessibilidade na legislação será abordada no próximo item deste texto.

2.4 O CONCEITO DE ACESSIBILIDADE E DE BARREIRAS SEGUNDO A LEGISLAÇÃO

A acessibilidade, nesse contexto de Educação Inclusiva, vem com diferentes entendimentos e definições, descritas por uma construção histórica de muitos anos.

Segundo Manzini (2008), desde 1998 que esse termo é utilizado na legislação, primeiramente num Projeto de Lei 4767/98. Nesse projeto, a acessibilidade está definida como “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.” (MANZINI, 2008, p.281)

Pouco depois, em 1999, encontramos novamente o termo acessibilidade em uma Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Ali, a definição já aparece um pouco diferente:

[...] possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das instalações e equipamentos esportivos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação,

por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (MANZINI, 2008, p. 281).

Segundo Manzini ainda, em 2004, o decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004, traz a seguinte definição de acessibilidade:

[...] condição para utilização, com segurança, total ou assistiva, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. (MANZINI, 2004, p. 282)

Pode-se perceber, que com o passar dos anos a definição passou a ampliar um pouco sua abrangência. Por exemplo, da primeira para a segunda das concepções citadas, a ampliação que as pessoas também têm direito de utilização das instalações e espaços esportivos. Da segunda para terceira, há uma mudança ainda mais importante, da acessibilidade total ou assistiva. Ou seja, abre espaço para a criação de espaços que podem precisar de um mediador.

Hoje, o que se encontra de mais recente na legislação sobre acessibilidade, é o que foi mencionado anteriormente. Mais especificamente, no Art. 8º do Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, que regulamente as Leis Nº 10.048, de 8 de Novembro de 2000 e Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, ambas sobre Acessibilidade.

Então, está garantido em lei, que deve existir condição de utilização, com segurança e autonomia, de uma série de itens, que permitem que as pessoas em situação de desvantagem diminuam suas dificuldades: espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, edificações, serviços de transporte e dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação.

Além disso, esse artigo da legislação traz o conceito de barreiras, e as diferentes barreiras existentes:

II – barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;
- b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar;
- c) barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes; e

d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação (BRASIL, 2004).

Esse artigo da legislação resume todas as barreiras que podem ser enfrentadas por pessoas em situações de desvantagem. O que se questiona é o que tem sido feito em relação a essa lei. Está sendo cumprida? As pessoas tem tido todas essas possibilidades e direitos de fato?

Existem nesse decreto ainda várias previsões e recomendações de atividades que devem ser seguidas para que essas barreiras sejam aos poucos excluídas. Encontramos por exemplo, num capítulo sobre acessibilidade arquitetônica e urbanística, um artigo que fala sobre a construção de novos prédios e sobre as adequações que devem ser feitas em construções antigas que sofram reforma ou ampliação. Mas o que de fato tem sido feito?

Na escola, um cadeirante consegue utilizar todos os ambientes da escola? O aluno cego possui material em Braille ou computadores que facilitem sua aprendizagem a disposição? Os alunos surdos possuem atendimento em Libras (Linguagem Brasileira de Sinais)?

O questionamento continua sendo sobre o que se tem a disposição, o que pode ser usado e feito nas escolas, para diminuir as desvantagens desse segmento de alunos, e que ainda não está sendo utilizado e efetivado.

3 ACESSIBILIDADE E O ESPAÇO ESCOLAR

3.1 PANORAMA GERAL DO QUE É NECESSÁRIO PARA A ESCOLA

Quando se remete ao espaço escolar, a questão da acessibilidade toma algumas questões específicas: quais as dificuldades na construção de acessos físicos aos alunos que tem dificuldade de locomoção? Ou no oferecimento de condições, aparelhos para que tenham uma melhor possibilidade de aprendizagem? Por que não existe atendimento especializado aos tantos alunos que freqüentam a escola, e possuem dificuldades, uma vez que já existem instrumentos para que esses alunos consigam seguir as atividades tranquilamente?

São muitas barreiras, como já as mencionadas no capítulo anterior: urbanísticas, nas edificações, nos transportes, nas comunicações e informações. As principais barreiras relacionadas à escola seriam as concernentes à edificação e a utilização dos equipamentos escolares e aquelas referentes à comunicação e informação. Segundo Manzini, “É necessário ofertar às escolas as condições de acessibilidade em: edificações, meios de comunicação e informação e recursos didáticos”. (MANZINI, 2008, p. 286).

O que se percebe geralmente, e que se encontra também no texto de Manzini (2008), é que existe uma grande falta de conhecimentos sobre acessibilidade. Não que a questão de acessibilidade esteja sendo feita por preconceito (barreira atitudinal). Mas como é possível construir algo de forma acessível, se muitos sequer sabem o que é isso?

Com certeza, a questão de barreira atitudinal, não pode passar despercebida quando falamos de inclusão e conseqüentemente de acessibilidade. Muitas barreiras são impostas, até mesmo sem que se perceba, mas acabam impedindo a inclusão e permanência de alguns alunos na escola. As piores barreiras, porém, são aquelas que surgem quando, por exemplo, a instituição se recusa a receber algum aluno por se achar incapaz de atendê-lo, ou quando deixa de investir em obras que facilitariam o acesso de alguns alunos, como rampas, e em decorrência, comprometem sua permanência na escola, assim como ocorre quando não há investimento em instrumentos específicos de aprendizagem.

Há escolas que de imediato se projetam para reorganizar sua estrutura de forma a poder atender a todos os alunos, sempre que isso se torna necessário. E que pensam em alternativas para possibilitar que esses alunos avancem no seu aprendizado. Nessas escolas é possível encontrar a motivação para seguir nessa idéia de inclusão, e exemplos, para mostrar

que quando existe vontade, é possível incluir, mesmo diante das inúmeras dificuldades, de falta de recursos, falta de pessoal, falta de materiais didáticos e adequados a aqueles alunos que se apresentam em situação de desvantagem.

A legislação sobre acessibilidade já existe há muitos anos, e percebe-se que muito pouco tem acontecido em relação a isso. Então, se as pessoas de fato não têm conhecimento do que é acessibilidade e muitas vezes os próprios que estão em situação de desvantagem e suas famílias não têm conhecimento dos instrumentos que poderiam ter a sua disposição e, outros impõem barreiras atitudinais quando se fala em inclusão, como pode de fato ocorrer alguma mudança?

Na maioria das vezes, só se pensa na solução de algum problema, quando se depara com ele. Algumas escolas somente se preparam ou pensam em construir uma rampa, quando aparece um aluno com cadeira de rodas. Só pensam em abrir o seu laboratório de informática, quando recebem algum aluno que não consegue segurar um lápis ou que precisam fazer uso de outros programas para facilitar sua aprendizagem.

No seguir deste capítulo, pretendem-se expor quais tem sido as mudanças previstas e as que de fato percebe-se na questão de acessibilidade arquitetônica e de informação e comunicação, particularmente, considerados os itens mais importantes no contexto escolar.

3.2 ACESSIBILIDADE ARQUITETÔNICA E A UTILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS ESCOLARES

Um dos maiores problemas de acessibilidade em relação a escola são as edificações e a utilização dos equipamentos escolares. Não é necessário visitar muitas escolas para averiguar com muita facilidade esses problemas: escadas, grades, muros. Em 1997, mais de 10 anos atrás, o Ministério da Educação lançava uma cartilha com diretrizes para adequação das escolas às legislações sobre acessibilidade e à utilização dos espaços escolares.

Ao analisar essa cartilha, é possível refletir sobre o que tem sido feito e o que ainda é necessário fazer, uma vez que ainda são muitos os problemas de acessibilidade.

Uma das primeiras questões abordadas é sobre as edificações, distinguindo aquelas já existentes e estabelecendo normas as edificações novas. Sobre as edificações existentes, é possível constatar que:

Nos casos das edificações e dos equipamentos existentes, portanto, há que investir em obras para as adaptações físicas necessárias ao acesso dos alunos, dos mestres e da comunidade, incluindo instalações complementares, tais como sinais sonoros e de trânsito, rampas, elevadores, móveis ou salas de recursos. Sobretudo, no caso das grandes redes físicas escolares, para que estes novos investimentos sejam economicamente viáveis, em prazos aceitáveis, a diretriz mais sensata, certamente, será o aproveitamento sistemático e gradual das oportunidades que vão surgindo para as intervenções de manutenção corretiva, ou seja, para as obras de recuperação e reforma. (EDIFICAÇÕES, 1997, p. 8).

E sobre as edificações novas, se verifica que:

Nos casos de projetos e de construção de novas edificações escolares, os problemas de acessibilidade, atuais ou futuros, podem ser mais facilmente planejados e resolvidos se algumas precauções forem desde logo adotadas, considerando que as recomendações próprias da ergonomia devem ser atendidas tanto nos planos horizontais, como nos verticais. (EDIFICAÇÕES, 1997, p. 9).

Analisando estas duas propostas, criadas há quase 12 anos, muitas coisas já deveriam ter sido alteradas em nossas escolas. Quantas escolas foram construídas, quantas reformas e ampliações foram feitas? E quantas escolas são encontradas hoje que podem ser chamadas de acessíveis?

Existem mudanças nesse sentido, porém ainda poucas. Escolas públicas, em sua maioria, não possuem verbas para reformar seus prédios e adequá-los a legislação. Os alunos, muitas vezes precisam freqüentar escolas mais distantes de suas casas, pois nas mais próximas não há rampas de acesso. É uma situação muito frequente. Algumas escolas desenvolvem um caminho de rampas para uma sala, na qual estuda o aluno com dificuldade de locomoção, mas ele fica impedido de utilizar os demais ambientes da escola.

Não é necessário procurar muito para encontrar escolas novas, com construções recentes, que não possuem acessibilidade. Questionando responsáveis por obras numa escola visitada, sobre o acesso ao segundo andar, onde seriam as rampas, obtive como resposta que não era possível a sua construção, pois rampas ocupam muito espaço. Questionando sobre a possibilidade de alunos cadeirantes nessa escola, a resposta foi que haveria salas de aula também no andar térreo. Ou seja, no caso de surgir algum aluno, já está pré-determinada sua sala. Nem se pensa no atendimento de maior número de alunos com dificuldade de locomoção.

Também não se pensa, por exemplo, em quantos alunos quebram uma perna durante um ano letivo. Essa pode ser considerada uma deficiência física temporária. Os alunos, que

passam por esta situação terão sempre dificuldade de chegar a sua sala de aula. Problema que poderia ser resolvido com um melhor planejamento da estrutura do prédio construído. Ou simplesmente construindo o prédio dentro das normas da legislação.

Ter garantido o acesso a escola é o mais básico que encontramos na legislação. A escola é para todos, então deve se preparar para atender a todos, mas encontramos todas essas barreiras.

As barreiras arquitetônicas são os maiores empecilhos para as pessoas com necessidades educacionais especiais – deficiência física, que fazem uso de cadeiras de rodas, bengalas ou muletas para se locomoverem. Não apenas dificultam, mas, muitas vezes, impedem completamente sua inserção na sociedade. Tais barreiras nem sempre são voluntárias, mas sem dúvida, são fruto de imenso descaso e da não obediência às leis vigentes. (BRASIL, 2006, p.26)

Buscando na retrospectiva histórica feita anteriormente sobre Educação Especial, foi mencionado que mesmo a Educação Básica demorou a se desenvolver. A escola foi um lugar, onde primeiro estudavam os ricos, depois foi incluindo também as classes populares, mas só se dirigiam a escola aqueles que eram considerados capazes de aprender e de progredir. Todos aqueles que apresentavam alguma deficiência eram encaminhados a outros lugares, como as Escolas Especiais. Ou seja, a escola foi por muito tempo um lugar das pessoas que não apresentavam nenhum problema em seguir nos estudos.

Certamente, muitos daqueles que não conseguiam avançar nas barreiras existentes e não conseguiam dominar todas as informações que lhes eram oferecidas, também passaram a ser vistos como pessoas com dificuldades, impossibilitadas de aprender, e conseqüentemente também eram excluídas com o passar dos anos. Ou seja, a escola realmente era um lugar para quem pudesse aprender sem dificuldades, que não possuía deficiências.

Essa estrutura de escola é a que existe ainda hoje em muitos lugares, e que se pretende transformar numa escola para todos. Uma escola que foi construída para alunos que não apresentavam problemas, com escadas, muros e muitas barreiras físicas que tornam difícil hoje, o acesso das pessoas em situações de desvantagem.

São essas barreiras que precisam ser rompidas e já existem legislações que nos permitem imaginar escolas diferentes no futuro. Adequações das escolas que já estão construídas, desde aquela época em que apenas as pessoas ditas sem deficiências faziam parte de seu alunado, quanto padrões para construção de novas escolas, que buscam uma escola acessível para todos, em que todos possuem livre acesso.

As adequações mais evidentes, quando se pensa no acesso físico e na utilização dos equipamentos escolares, são as construções de rampas, medida mais freqüentemente vista nas escolas e também nos demais prédios públicos; adequações de banheiros para cadeirantes, que também se encontra com certa freqüência, porém na maioria das vezes fora das normas, ou com elementos básicos faltando; e classes e cadeiras de tamanhos adequados as necessidades dos alunos. Além dessas medidas, que pode se considerar primordiais, existem muitas outras que podem ser realizadas, que dizem respeito também a facilitar o acesso à informação e à comunicação. Isso se tentará retratar no próximo item.

3.3 ACESSO À INFORMAÇÃO E À COMUNICAÇÃO

Muitas das pessoas em situação de desvantagem apresentam alguma dificuldade em acessar as informações e também de se comunicarem com os outros. Como já mencionado anteriormente, deve-se criar condições para utilização dos equipamentos e meios de informação e comunicação por todos, com ou sem auxílio de algum mediador.

Essa é uma questão relacionada à escola que precisa ser repensada, pois como pode haver um processo de ensino-aprendizagem se não existe comunicação entre professor e aluno, e entre os alunos? Como pode um aluno avançar se ele não for capaz de acessar a informação e de compreendê-la?

Devem existir práticas pedagógicas adequadas e inovadoras, que deixem de ocasionar as dificuldades escolares e conseqüentemente a exclusão dos alunos. Práticas que permitam desenvolver mecanismos e novas estratégias para possibilitar a aprendizagem de todos. Segundo Miranda (2008), deve-se propor um currículo adaptado às necessidades e interesses de cada contexto, que aposte na inovação, respeitando a singularidade de cada estudante e de cada docente.

Muitas dessas singularidades dos alunos que apresentam alguma situação de desvantagem ocorrem justamente em se comunicar, em trocar informações com colegas e professores. E esses são os alunos que encontramos diante de nós, no dia-a-dia, em sala de aula.

Torres (2002) retrata a importância desse processo de acesso a informação e do uso de tecnologias em seu texto:

Embora pareça contraditório, pode-se afirmar que as barreiras arquitetônicas não são o maior obstáculo enfrentado pelas pessoas portadoras de deficiência. O maior obstáculo está no acesso à informação e, conseqüentemente, a aspectos importantes relacionados à informação, como a educação, o trabalho e o lazer. A preocupação atual dos defensores da acessibilidade está em garantir que esses princípios sejam observados também no espaço digital, o espaço da informática e das comunicações. A Internet tem sido muito usada para exemplificar esse conceito, por conter aspectos fundamentais de ambas as tecnologias. (TORRES, et. all, 2002).

Um ponto que pode ser considerado de fundamental importância: as relações entre a comunicação, informação e tecnologias que se tem hoje a disposição. Pode-se pensar, por exemplo, nas tantas possibilidades de acesso a informação quando se remete ao mundo virtual e nas tantas tecnologias. Por que não se percebe o avanço do uso destas em sala de aula? Porque essas tecnologias não são levadas para a escola?

As Tecnologias de Informação e de Comunicação (TICs) que, segundo Selwyn (2008), junto com a internet e os outros sistemas de comunicação, sustentam os fluxos globais de dados, de serviços e de pessoas, caracterizando inclusive a economia.

Certamente não é apenas com os últimos aparatos tecnológicos que se pode criar um ambiente com troca de informações, em que aconteça um processo de aprendizagem. Isso pode acontecer também sem o uso de tecnologias. É possível encontrar, por exemplo, em material do MEC, inúmeras idéias de materiais que podem ser desenvolvidos e que permitem as trocas entre alunos e professores, e alunos e alunos. Muitos dos exemplos de aprendizagem que temos, nesse meio da Educação Inclusiva, vem com o uso de materiais didáticos criados, inventados na maioria das vezes pelos professores, de acordo com a necessidade dos alunos, ou para suprir a desvantagem que apresentava determinado aluno.

Mas se existem a nosso alcance tamanho desenvolvimento de materiais virtuais, para ajudar nas mais diferentes situações de dificuldades e desvantagens, por que não fazer uso desses instrumentos? Já estão ao nosso alcance inúmeros avanços com as TICs, e apesar de seu pouco uso no contexto educacional, já existem muitas ferramentas que permitem acesso a essas tecnologias, uma vez em que para algumas deficiências, acessar informações através do computador é a única forma de acessarem a informação que precisam.

Segundo Nunes (2008), algumas das formas de acessibilidade às TICs se tornam possíveis com o uso de periféricos no computador, como teclados de conceitos, teclados virtuais, mouses adaptados, comando através de voz, leitor de telas para cegos, impressora em Braille, ampliação da tela. Esses aparatos que permitem o acesso à informação são conhecidos como Tecnologias Assistivas. Essas tecnologias possibilitam também que se comuniquem os

indivíduos incapazes de comunicar-se pela fala, através de voz digitalizada, símbolos gráficos, etc.

É possível pensar no uso das tecnologias não somente para os alunos que apresentam dificuldades, mas para uso de todos. Enfrenta-se hoje, dificuldades nas escolas não somente quando se tem diante de si um aluno em situação de desvantagem. Os avanços tecnológicos fazem parte do dia-a-dia, estão nas imagens de televisão, nos modernos celulares que muitos alunos portam, nos diversos programas e ferramentas que já estão disponíveis nos programas de computadores. Os alunos conhecem e acompanham as transformações e avanços no seu cotidiano e muitas das coisas que se tenta ensinar, certamente os atrairiam mais se fosse feito com o uso de outros instrumentos, como das tecnologias, uma vez em que estas estão muito mais próximas deles, do que os conteúdos trabalhados na escola e que muitas vezes não fazem sentido nenhum para eles da forma como são propostos. O ensino da forma tradicional muitas vezes já não é suficiente para suprir as necessidades dos jovens alunos de hoje, que já não vivem a mesma realidade de anos anteriores onde também a escola com acessibilidade física não se fazia necessária.

E não é necessário apresentar aos professores alunos ditos especiais para que escutar relatos sobre inúmeros problemas existentes na sala de aula. Será que não se precisará de muitas mudanças para esse universo educativo? O que precisa de fato mudar para ter uma escola para todos, onde todos tenham a mesma oportunidade para aprender?

Encontra-se ainda grandes resistências no processo de inclusão por parte das escolas, gestores, professores, alguns pais de alunos, etc. Então, quando se discute as possibilidades que se apresentam no que diz respeito à inclusão, certamente as respostas para muitos questionamentos como os feitos anteriormente se resumem a falta de informação e capacitação dos professores, a falta de recursos e investimento na educação. A inclusão ainda está evoluindo de forma lenta. Contradizendo a velocidade das mudanças tecnológicas no nosso cotidiano, as mudanças relacionadas a escola e a educação tem sido muito lentas.

4 PROGRAMAS E PROJETOS DO GOVERNO FEDERAL RELACIONADOS À ACESSIBILIDADE

Com o estudo da acessibilidade arquitetônica e de informação e comunicação, nos deparamos invariavelmente com questionamentos sobre o porquê de não encontrarmos soluções aos problemas existentes, porque não se percebe mudanças nas escolas ou porque muitos ainda são excluídos mesmo quando conseguem sua matrícula na escola regular.

Certamente muitas respostas seriam sobre a falta de recursos, falta de interesse, falta de conhecimento sobre o assunto. O que se quer mostrar neste capítulo, é que junto com a legislação já existem alguns projetos, aqui citados, do Governo Federal, que possibilitam que algumas ações de acessibilidade sejam postas em prática. Há dois programas que vale destacar: O Programa Escola Acessível e o programa de Implementação das Salas de Recursos Multifuncionais.

4.1 PROGRAMA ESCOLA ACESSÍVEL

O programa Escola Acessível, segundo informações contidas no site do Ministério da Educação, é um programa da Secretaria de Educação Especial, que visa adequar o espaço físico das escolas estaduais e municipais, a fim de promover acessibilidade arquitetônica nas redes públicas de ensino, através de adequações no espaço físico da escola.

Este programa é voltado aos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidade/superdotação, e visa atender principalmente escolas da rede pública estadual e municipal de ensino.

Segundo informações contidas no site do MEC, já foram repassados recursos financeiros para mais de 2000 escolas, e a forma de implementação deste projeto é:

Para implementação do Programa as Secretarias de Educação dos Estados, Municípios e DF, desenvolvem o planejamento da demanda das adaptações necessárias na sua rede de ensino e apresentam ao Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial suas necessidades para receberem repasse de recursos previstos no PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola. (PROGRAMA Escola Acessível, MEC/2009)

Esse projeto permite perceber que de fato já existem ações ao alcance das escolas que possibilitam mudanças necessárias em sua estrutura. Mas percebe-se também, que pelo número de escolas que existem, poucas são aquelas que têm recebido recursos para as obras. O que não se pode deixar de ressaltar é que as escolas devem planejar suas adaptações e posteriormente encaminhar o projeto, para somente depois receber a verba. Isso mostra principalmente que a escola deve se interessar e buscar melhorias em sua estrutura e assim possibilitar a inclusão de todos os alunos. Mas já existe a possibilidade de que se consiga essa reestruturação.

4.2 IMPLANTAÇÃO DE SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Outro projeto da Secretaria de Educação Especial, este tem como objetivos “apoiar os sistemas de ensino na organização de espaço, constituídos de materiais pedagógicos e de acessibilidade, para a realização do atendimento educacional especializado.”

O público alvo é o mesmo que do projeto anterior, procura atender aos alunos que se encontram em situação de desvantagem, é dirigido, também, somente para as redes públicas estaduais e municipais de ensino e apenas para aquelas que possuem alunos com deficiência registrados no Censo Escolas MEC/INEP. Esta é uma dificuldade a mais, pois já poderia a escola sem alunos matriculados com deficiência, estar preparada para aqueles que viessem. Dessa forma, estes alunos acabam se concentrando nas escolas que estiverem prontas a atendê-los quando necessitarem. E certamente uma sala de recursos multifuncionais não seria benéfica apenas para os alunos em situação de desvantagem, mas sim, para todos.

Aqui, a forma de implementação está diretamente ligado a atender apenas os alunos deficientes, e encontramos no site que

A SEESP/MEC realiza a distribuição de equipamentos, mobiliários e materiais pedagógicos e de acessibilidade para a organização das salas de recursos multifuncionais destinadas ao atendimento educacional especializado. Os municípios e estados indicam escolas que possuam matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Após a indicação das escolas, a relação com a demanda é encaminhada ao FNDE, que coordenará o processo licitatório. (PROGRAMA, MEC/2009)

Ainda, foi possível averiguar, que de 2005 a 2008 foram implementadas 5551 salas de recursos multifuncionais e que para 2009 existe previsão de serem implementadas outras 6000 salas.

Este projeto certamente está muito voltado à questão de acesso a informação e comunicação, pois uma sala de recursos multifuncionais oferecerá muitas ferramentas que facilitam a questão de aprendizagem e cria um espaço para oferecer atendimento especializado aos alunos com deficiência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando os objetivos deste trabalho, em relação ao primeiro objetivo que foi o de identificar as concepções de acessibilidade na legislação, foi constatado que já existem muitos registros sobre acessibilidade nas legislações, porém não se percebe grandes atitudes em relação ao problema existente. Constata-se também, que com o passar do tempo, as legislações tem se tornado mais específicas e eficientes, e, o que falta ainda, são programas que tornem possível a acessibilidade.

Com as legislações e programas já existentes poucas são as mudanças percebidas de imediato, mas sabe-se que as futuras mudanças dependem daqueles que estão em relação direta com os alunos em situação de desvantagem. Os professores que devem lutar por um espaço na escola que possibilite a aprendizagem de todos os alunos, os gestores que devem encaminhar suas demandas e lutar para que sua escola seja adaptada tanto arquitetonicamente quanto com ferramentas que possibilitem comunicação e informação à todos os alunos, e dos próprios alunos em situação de desvantagem, que devem estar sempre atentos aos seus direitos e lutarem para que estes sejam cumpridos. E certamente, as autoridades devem estar atentas ao cumprimento das leis em vigor, uma vez em que essas já suprem uma boa parte das mudanças necessárias, mas que na maioria das vezes passam despercebidas.

Ainda, é importante destacar o quanto são essenciais os projetos desenvolvidos pelo Governo Federal, tanto em incentivos financeiros para as adaptações físicas necessárias, como se vê no Projeto Escola Acessível; e como é essencial o projeto de Implementações das Salas de Recursos Multifuncionais, embora esse seja um projeto restrito as escolas que já possuam alunos com necessidades especiais, e ainda atendem muito pouco, quando se pensa nas mudanças necessárias.

Em relação ao segundo objetivo, de analisar a construção histórica do conceito de acessibilidade e de Educação Especial, percebe-se que todo o contexto da Educação Especial e seu desenvolvimento levam a realidade que temos hoje, na qual se busca incluir todos os alunos na escola, e para isso se tornar possível, em muitos casos é necessário ter acessibilidade, para possibilitar o acesso de todos à educação.

Através do estudo do histórico do tratamento dado as pessoas com deficiências, é possível perceber que as possibilidades, inscritas inclusive nas legislações atuais se encaminham para a inclusão de todos os alunos na rede regular de ensino. Nessa expectativa,

tem-se que a acessibilidade se torna um item muito importante para que aconteça a inclusão nas escolas.

A inclusão é a perspectiva da educação que pensa numa escola diferente, aberta a diversidade de todos os alunos. É uma perspectiva que certamente precisa da ressignificação de muitos conceitos na educação e da criação de possibilidade de uma aprendizagem a todos os alunos.

Ao realizar essa pesquisa, foi possível averiguar que a educação progride de forma lenta, e como, de forma mais lenta ainda, tem progredido a educação inclusiva. Vive-se num mundo de constantes transformações, muito despreparado e muitas são as dificuldades para mudar a realidade escolar de forma a que essa possa atender a diversidade dos alunos que ali estão com a expectativa de avançarem em seus conhecimentos.

Ainda, em relação ao terceiro objetivo, de reconhecer as mudanças necessárias no ambiente escolar para garantir a inclusão, percebemos alguns avanços ocorridos, tanto relacionados à acessibilidade arquitetônica, quanto de acesso à informação e a comunicação.

Em relação ao acesso arquitetônico, foi possível constatar que essas são mudanças mais fáceis de serem realizadas, por requererem apenas adaptação dos prédios já construídos, ou um planejamento dentro das normas legais dos prédios novos. E ainda assim, há poucas mudanças nesse sentido. O fato de mudanças tão necessárias ocorrerem de forma extremamente lenta, está ligada a falta de informação das pessoas que se encontram nesse meio, como gestores das escolas, secretarias responsáveis e até por falta de fiscalização em obras, uma vez que ainda estão sendo construídas novas obras fora da legislação.

Ao falar do acesso à informação e à comunicação encontramos mais resistência ao seu uso pelo desconhecimento das tecnologias e pela mudança, já que ela aparentemente interfere nos métodos de ensino tradicionais. Por exemplo, com as formas de acessibilidade à informação e a comunicação, o processo de ensino aprendizagem se torna possível em espaços onde antes não era concebido. Isso mostra o quanto é possível que a inclusão aconteça dentro da sala de aula, como é possível atender diferentes alunos de diferentes formas dentro da escola.

Uma vez em que se mostra essa possibilidade, surgem outros enfrentamentos. Despreparo dos professores para atenderem esses alunos, falta de interesse em tentar atendê-los, falta de recursos na aquisição dos equipamentos que possibilitem o acesso a informação e que possibilitem a comunicação, falta de investimentos nesses espaços específicos dentro da escola, enfim, problemas que fazem parte das escolas públicas que se acentuam aqui, uma vez

em que essas ferramentas são muito importantes para que aqueles alunos em situação de desvantagem possam permanecer dentro da escola.

Em contrapartida a tudo isso, encontramos espaços para as experiências que tem dado certo, para as escolas que tem prontamente se esforçado para atender aos alunos em situação de desvantagem, para as idéias criativas dos professores em possibilitar que a aprendizagem se torne possível para todos. Escolas que não medem esforços em construir rampas e em adaptar banheiros, que incentivam e orientam seus professores sobre a melhor maneira de como atender esses alunos.

E pensando nessas escolas, nas possibilidades de melhoria que existem e podem ser implantadas, em buscar sempre ver o que se pode realizar de forma a facilitar o acesso e a aprendizagem de todos os alunos, que se conclui esse trabalho. Não existem respostas certas a todas as questões que foram apresentadas, mas sabe-se que com a ajuda, e boa vontade de alguns que convivem nesse meio no qual a acessibilidade se faz presente, muita coisa é possível. E muitas coisas ainda podem acontecer se cada vez mais pessoas tomarem conhecimento das legislações e direitos que existem.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Lígia. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Julio Groppa (Coord.). **Diferenças e preconceitos na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998. P. 11-30.

BRASIL. **Decreto nº 5.296**, de 2 de Dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm> Acesso em: 25 set. 2009

BRASIL. **Lei nº 10.048**, de 8 de Novembro de 2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10048.htm> Acesso em: 10 set. 2009.

BRASIL. **Lei nº 10.098**, de 19 de Dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm> Acesso em: 23 set. 2009

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Ministério da Educação. Portaria nº 948, de 9 de Outubro de 2007. Disponível em:
<<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>> Acesso em: 25 set. 2009.

BRASIL. **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais – deficiência física**. Elaboração: Adilson Florentino da Silva, Ana de Lourdes Barbosa de Castro, Maria Cristina Mello Castelo Branco. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BUENO, José Geraldo Silveira. A produção social da identidade do anormal. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997, p. 159-181.

CAIADO, Katia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de (Org.) **Educação Especial: Diálogo e Pluralidade**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008, P.281-290.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

_____, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 2000. P.180.

EDIFICAÇÕES: **Elaboração de projetos de estruturas e de fundações/Recomendações técnicas**. Brasília: Programa de Educação Básica para o Nordeste, 1996. Ministério da Educação e do Desporto. Edificações e Equipamentos Escolares – 1º Grau, 1997.

Disponível em:

<ftp://ftp.fnde.gov.br/web/fundescola/publicacoes_recomendacoes_tecnicas/rt_procedimentos_n02.pdf> Acesso em 05 out. 2009

JANUZZI, Gilberta de Martino. Primeiras Iniciativas de Encaminhamento da Questão. In: **A educação do deficiente no Brasil**. Campinas, SP, Autores Associados, 2006, P. 5-28.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Caminhos pedagógicos e Educação Inclusiva. In: GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob. **Caminhos pedagógicos da Educação Especial**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____, Maria Teresa Eglér. Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão. In: STOBÄUS, Claus Dieter; MOSQUEIRA, Juan José Mouriño. **Educação Especial: em direção à Educação Inclusiva**. Porto Alegre: Edipucrs, 2004, P. 27-40.

MANZINI, Eduardo José. **Acessibilidade: um aponte na legislação para o aprofundamento do tema na área da educação**. In: BAPTISTA, Claudio Roberto;

MIRANDA, Theresinha Guimarães. Acessibilidade da pessoa com deficiência para a construção de uma escola inclusiva: o currículo e a interação. In: BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Katia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de (Org.) **Educação Especial: Diálogo e Pluralidade**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008, P. 291-300.

NUNES, Leila Regina d'Oliveira de Paula; NUNES SOBRINHO, Francisco de Paula. Acessibilidade. In: BAPTISTA, Claudio Roberto; CAIADO, Katia Regina Moreno; JESUS, Denise Meyrelles de (Org.) **Educação Especial: Diálogo e Pluralidade**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008, P. 269-279.

PROGRAMA Escola Acessível. **Secretaria de Educação Especial**. Busca adequar o espaço físico das escolas estaduais e municipais, a fim de promover acessibilidade nas redes públicas de ensino. Brasília, DF: Ministério da Educação. 2009. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=258&Itemid=86> Acesso em: 18 set. 2009.

PROGRAMA de apoio a implantação de salas de recursos multifuncionais. In: PROGRAMA Escola Acessível. **Secretaria de Educação Especial**. Brasília, DF: Ministério da Educação. 2009. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12295&ativo=596&Itemid=595> Acesso em: 15 set. 2009

SELWYN, Neil. **O uso das TIC na educação e a promoção de inclusão social: uma perspectiva crítica do Reino Unido**. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302008000300009&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 28 Set. 2009.

TORRES, Elisabeth Fátima; MAZZONI, Alberto Angel; ALVES, João Bosco da Mota. **A acessibilidade à informação no espaço digital**. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652002000300009&script=sci_arttext> Acesso em: 07 Out. 2009

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 1997. P. 49.